

Despacho n.º 9616/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 65.º da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção introduzida pelo artigo 1.º da Lei n.º 60/98, de 27 de Agosto, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público autorizo o aumento da remuneração auferida pela licenciada Paula Sofia Correia Lourenço, a exercer as funções de substituta do procurador-adjunto da comarca do Redondo, para 70% do valor relativo ao índice 100 da escala indiciária dos magistrados do Ministério Público. Tal aumento produzirá efeitos a partir de 15 de Setembro de 2004.

18 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado Adjunto e da Justiça, *José Manuel Vieira Conde Rodrigues*.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 9617/2005 (2.ª série). — No uso da subdelegação de competências conferida pelo subdirector-geral (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 38, de 14 de Fevereiro de 2003) e por meu despacho de 25 de Fevereiro de 2005:

António de Faria Rodrigues, escrivão-adjunto do Tribunal da Comarca de Tomar — autorizado o exercício de funções em regime de substituição como escrivão de direito daquele Tribunal no período de 21 de Janeiro a 18 de Fevereiro de 2005.

6 de Abril de 2005. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Gabinete de Política Legislativa e Planeamento

Despacho (extracto) n.º 9618/2005 (2.ª série). — Por despacho de 23 de Março de 2005 do Secretário de Estado da Justiça:

Licenciada Susana Paula Dias Carujo Quina Emídio de Almeida, técnica superior de 1.ª classe do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública — nomeada, precedendo concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, para exercer, em regime de comissão de serviço e por um período de três anos, renovável por iguais períodos, o cargo de chefe de divisão de Recursos Humanos do Gabinete de Política Legislativa e Planeamento do Ministério da Justiça. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

12 de Abril de 2005. — O Director-Adjunto, *Rui Simões*.

Instituto de Reinserção Social

Aviso n.º 4603/2005 (2.ª série). — Por meu despacho de 13 de Abril de 2005, declarei extinto o procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 2142/2002 (2.ª série) publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 16 de Fevereiro de 2002, por inutilidade superveniente (artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo).

15 de Abril de 2005. — A Presidente, *Maria Clara Albino*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Despacho n.º 9619/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio Ana Cristina Domingues de Almeida Caldeira para prestar assessoria técnica especializada ao meu Gabinete, para o efeito requisitada à Inspecção-Geral do Ambiente.

2 — A nomeada auferirá, a título de remuneração mensal, o montante equivalente à remuneração estabelecida para o cargo de adjunto, acrescido das correspondentes despesas de representação e subsídios de férias, de Natal e de refeição.

3 — Quando a nomeada se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, tem direito ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para adjuntos do Gabinete.

4 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos, até à cessação das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

13 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Ambiente, *Humberto Delgado Ubach Chaves Rosa*.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional

Despacho n.º 9620/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio a licenciada Maria José Silva Ferreira Lopes Correia Farinhote, assessora jurídica principal do quadro de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, para prestar assessoria técnica ao meu Gabinete na área da sua especialização.

2 — A remuneração mensal ilíquida da ora nomeada é fixada em € 3410, e será actualizada na mesma percentagem que o índice 100 da tabela indiciária do regime geral da função pública.

3 — A nomeada terá direito aos subsídios de férias, de Natal e de refeição, nos termos legalmente estabelecidos para a função pública.

4 — A nomeada terá direito, quando se deslocar em missão oficial em território nacional, ao estrangeiro e no estrangeiro, ao abono das correspondentes despesas de transporte e de ajudas de custo de montante igual ao fixado para os adjuntos do meu Gabinete.

5 — A presente nomeação é válida por um ano, automaticamente prorrogável por iguais períodos até à cessão das minhas funções, podendo ser revogada a todo o tempo.

18 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Despacho n.º 9621/2005 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e nos artigos 4.º e 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio o licenciado Jorge Manuel Gomes Moreno de Matos Trindade para exercer as funções de adjunto do meu Gabinete, para o efeito requisitado à Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

2 — O nomeado opta pela remuneração correspondente ao lugar de origem, nos termos do n.º 4 do artigo 6.º do referido Decreto-Lei n.º 262/88, à qual acresce o montante devido a título de despesas de representação.

18 de Abril de 2005. — O Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional, *Rui Nuno Garcia de Pina Neves Baleiras*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Declaração n.º 112/2005 (2.ª série). — Torna-se público que esta Direcção-Geral registou com o n.º 01.16.07.00/OC-05.PD/R, em 15 de Abril de 2005, a revisão do Plano Director Municipal de Ponte de Lima, ratificada parcialmente pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/2005, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 63, de 31 de Março de 2005.

15 de Abril de 2005. — Pelo Director-Geral, a Subdirectora-Geral, *Isabel Moraes Cardoso*.

Declaração n.º 113/2005 (2.ª série). — Torna-se público que, por despacho do director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano de 18 de Abril de 2005, foi determinado o registo do Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira, no município da Amadora, cujo regulamento, planta de implantação e planta de condicionantes se publicam em anexo.

Nos termos da alínea c) do n.º 3 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, publicam-se também em anexo a esta declaração os extractos das deliberações da Assembleia Municipal da Amadora de 17 de Junho e de 2 de Dezembro de 2004 que aprovaram o referido Plano.

Este Plano foi registado em 18 de Abril de 2005 com o n.º 03.11.15.05/01-05.PP.

18 de Abril de 2005. — O Director-Geral, *João Biencard Cruz*.

Minuta de deliberação

Ponto 5 da ordem do dia da sessão ordinária de Junho de 2004 da Assembleia Municipal da Amadora, realizada no Auditório Municipal dos Paços do Concelho ao 17.º dia do mês de Junho de 2004.

Ponto 5 — Apreciação e votação, nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, da proposta da CMA relativa ao Plano de Pormenor da Ribeira da Falagueira (proposta n.º 350/2004).

Procedeu-se à leitura do parecer da comissão de urbanismo, seguindo-se o período de discussão.